

DA CATA AO BUCHO: um rio e mulheres pescadoras criando fartura, gente e comunidade.¹

Ana Luísa Lisboa Nobre Pereira, Instituto Terramar

Palavras-chave: Gênero; Comunidades Tradicionais; Conflitos socioambientais.

1) *foi um rio que passou em minha vida e o meu coração se deixou levar*

Então, no auge da pandemia de 2020, eu me soube novamente neste rio, um antigo conhecido. No Ceará, não há quem não o conheça. Sendo ele o maior rio do estado, seus mais de 600 km^2 banham muitas vidas. Nascido perto do Piauí, do *tupi* “rio das onças”, suas águas têm história: matam a sede do camponês no semiárido cearense, onde seu curso modificado em barragens, canais e transposições mata a sede também do agronegócio e da indústria³. Mais adiante afundam em aquífero onde recebem o nome de Jandaíra⁴ e experimentam o calor da terra. Seguindo a céu aberto, alimentam o perímetro irrigado do Apodi⁵ de onde carrega o passivo dos agrotóxicos e tentando seguir o destino natural de todo rio, que é dar no mar, ainda encontram tanques de criação extensiva de camarão (carcinicultura), mineração de areia e as águas dos esgotos, do turismo de massa e do cidadão comum. Passa por 81 municípios cearenses e abastece a cidade de Fortaleza. Em cada torneira aberta na capital cearense, ele está.

Não é só assim: encontram os quintais e roçados de mandioca, feijão e milho do povo sem-terra que planta. Encontram as criações de porco e galinha; dão banho em menino quilombola, acolhem as embarcações das tantas comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno. Se misturam com as águas salgadas do mar e criam em torno de 40 km de ecossistema manguezal com uma fauna e flora que depende desse encontro doce-salgado: uma grande alquimia que dá alimento e sustenta milhares de vidas. Até, num baque de ondas, virar oceano. Cura cabeça ruim, mata fome, acolhe muitos animais

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Castro et al, 2020.

³ O rio Jaguaribe conta com duas grandes barragens, o Orós e o Castanhão, além de outras menores. Suas águas se encontram com as transpostas do São Francisco no “Eixão das águas” e são transportadas para Fortaleza e para o Complexo Industrial Portuário do Pecém.

⁴ Gosto muito desse momento em que o rio recebe um nome feminino e afunda suas águas. É, para mim, como se ele engravidasse.

⁵ “Os perímetros irrigados são áreas delimitadas pelo Estado para implantação de projetos públicos de agricultura irrigada que, em geral, possuem significativo potencial agricultável, caracterizado pelos solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho. Estes elementos conjugados às infraestruturas implementadas (canais, piscinas etc.) favorecem ampla produtividade agrícola.” (Pontes AGV et al, 2013)

como peixe-bois, guaxinins, uma infinidade de aves, mariscos e crustáceos. Tem mangue diverso: “ratinho”, ‘de botão’, ‘branco’, ‘vermelho’, ‘preto’.⁶

Sendo um rio muito antigo, que sustenta além dessas vidas (humanas, mas não só), importantes projetos econômicos e hídricos de um estado que por muito tempo teve sua imagem associada à seca, venho entendendo que não é que ele seja apenas testemunha do tempo humano. Ele mesmo tem sua biografia relacionada a todos esses atravessamentos, eventos, interesses e gentes. Fazendo história, ele tem a sua própria, que é secular. Um desses marcos de vida que também o faz ser conhecido de muito cidadão cearense, foi sua importância durante o período colonial, por ter permitido acesso ao interior do estado, por suportar a economia das charqueadas e por ser ponto e porto comercial de produtos e lamentavelmente vidas escravizadas⁷.

Teve um tempo para mim de começar a ouvir esse rio. Antes ele não me falava. Foi quando conheci as mulheres pescadoras, que moram à altura da foz do rio, em trabalho de assessoria que venho fazendo há quatro anos mais profundamente com três territórios pesqueiros, sendo um deles também quilombola. Ao ouvi-las fui desenvolvendo a percepção de que eram vozes do rio, porque suas vidas estão junto à vida dele num laço que não há nada que possa partir: são vidas inter-relacionadas como nos diria Escobar (2016). Acho que se o rio falasse de sua história falaria delas. E ao ouvi-las falar de sua própria história, não tem uma que não fale do rio.

Águas rio afora, do nascimento ao oceano, o movimento descendente das águas tem me ajudado a pensar na conjuntura dos impactos do rio. Em sentido inverso, as águas rio adentro, ligando mar ao sertão, para pensar o movimento ascendente, me levou à História com os percursos exploratórios coloniais e a um evento traumático: o derramamento do petróleo ocorrido na costa nordestina em 2019. O petróleo adentrou o rio. Um mês antes, na ocasião de um encontro organizado pela FASE⁸, tive a alegria de conhecer Lorena Cabnal, feminista guatemalteca, e ouvi-la relacionar o maquinário exploratório utilizado na extração de petróleo ao falo do estupro colonial, que invade a terra e que invade o corpo da mulher, respectivamente. Ouvir as mulheres pescadoras sobre o derramamento no rio Jaguaribe foi ouvir relatos de algo que começava a me

⁶ Nomenclaturas dos pescadores/as do rio Jaguaribe.

⁷ Sobrinho, 2011.

⁸ FASE – Solidariedade e Educação É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro, tendo sido fundada em 1961.

parecer um corpo violado e não pude deixar de lembrar de Cabnal e pensar desde a perspectiva teórica feminista do corpo-território, que trarei para este escrito.

Foi aí que passei a frequentar a foz do rio mais intensamente. Para coletar material para análise química de contaminantes no sedimento, sururu e águas⁹ e acompanhar reuniões de organização para incidências na luta por direitos frente ao derramamento. Algo mudou em mim nessa encruzilhada que une esse duplo movimento descente e ascendente. Ali passei a ouvir o rio dizer para contar sua história, uma tarefa que somente agora consigo começar a empreender. Muitas são as iniciativas de contá-la. Mas, penso que não seja uma história somente a dimensão do “dano” da sinergia de impactos oriundos de tantos empreendimentos e projetos de desenvolvimento como o faz um grande conjunto de trabalhos; ou da sua importância econômica-política-colonial como o faz outro. Mas, também de sua força, contribuição, beleza, grandeza, co-participação na criação de comunidades, das crianças e de sua diversidade. As pescadoras o fazem com maestria.

Há 11 anos trabalhando em organizações e juntos a movimentos sociais e associações da sociedade civil no âmbito dos conflitos socioambientais e fundiários olhar para o rio não como um “recurso” ou um “bem” ambiental, não tentando exatamente compreender/qualificar/quantificar os impactos, não pensando no perímetro que o território deve ser titulado ou em seus aspectos jurídicos, venho no esforço de olhar para esse rio que agora fala comigo. Ele mesmo. Uma provocação sobre se esse rio poderia narrar-se e, se sim, como seria. Estou mais corajosa para esse desafio ao compreender que reconhecer o rio em si e não só ao que ele serve às pessoas faz sentido às pescadoras como mostra o diálogo abaixo, ocorrido em setembro de 2020, um ano após o derramamento de petróleo:

Ana: A gente já consegue registrar o impacto sobre a saúde mental, sobre a saúde física, sobre a renda, o constrangimento que vocês passaram ao ter o marisco, o pescado rejeitado nas feiras. Mas eu queria saber se vocês gostariam de registrar sobre mais impactos do derramamento de petróleo?

Maria: Ana, eu vejo assim, no que tu trouxe, a renda, tem tudo isso. Mas, assim, tem em si, o próprio rio.

⁹ Monitoramento das águas, sedimentos e sururu feito por dois anos em parceria com a Fiocruz/CE.

Neste trabalho, pretendo pensar sobre a relação das mulheres pescadoras com o cozinhar e o comer juntas e sobre quais sentidos essa prática traz a respeito de um contexto socioambiental de um rio tão maltratado quanto farto e de luta fundiária, assim como uma forma de fazer comunidade. Ainda, pretendo pensar sobre as relações entre corpo e território. Por fim, o trabalho se importa a compreender como comer se constituiu como laço e forma de criar uma rede de mulheres do rio e suas lutas.

2) “o rio é um corpo”

Sou cientista social e antropóloga por formação, educadora popular e feminista pela vida e meu trabalho nos últimos quatro anos no Instituto Terramar tem sido acompanhar comunidades pesqueiras na luta por direitos em contextos de conflitos socioambientais e fundiários da zona costeira do Ceará. Importa dizer que tem sido uma preocupação além do enfrentamento à engrenagem do racismo ambiental, olhar para as relações comunitárias, associativas, familiares, de vizinhança e abordar também aspectos relativos à existência das mulheres nessas comunidades, seu fazer na militância e no miúdo da vida.

Assim, venho acompanhando as comunidades de Jardim (localizada no município do Fortim, na margem esquerda do rio Jaguaribe, a 140 *km* de Fortaleza), o quilombo do Cumbe e a comunidade de Canavieira (no município do Aracati, ambas na margem direita do rio Jaguaribe, a 160 *km* de Fortaleza) de forma sistemática. Ainda, devido a uma rede de mulheres pescadoras em formação na foz do rio Jaguaribe, acompanho a articulação delas. São dos materiais gerados dessas agendas com elas que retiro as falas e experiências que apresentarei.

Nesse interim, tem sido comum atravessar o rio de uma comunidade a outra, para momentos ora numa margem, ora no outro lado, para acompanhar as agendas dessas mulheres que se dizem “unidas” pelo rio. Dentre tanto que as une, para além da agenda política comum, venho entendendo que elas se mexem no rio para a pesca do marisco de forma muito viva, se encontrando nos locais onde ele está dando mais naquele momento. A foz, portanto, para mim, tem sido um local privilegiado para pesquisa, observação e trabalho porque é um lugar de muitos encontros: de mulheres, de marisco e outras vidas, além de ser uma confluência de impactos de rio afora a rio adentro.

Passou a me chamar muita atenção o nome das partes do rio dados pelas pescadoras quilombolas do Cumbe, andando ou navegando com elas no território e nas

oficinas da feitura de uma cartografia social chamada Cartografia das Pescadoras, em curso. Como adianta Maria:

Esse rio é esse corpo. É um corpo. Quando a gente vai entrar na boca do Cumbe. Isso é forte, né? ‘Entrou na boca do Cumbe’. Forte. Aí parece que você está sendo engolido, né? Mas naquele bom sentido de que parece que você tem um portal de outra vida. Como também às vezes vamos lá a boca da Canavieira. Então, essa forma de falar as bocas que são essas entradas. Mas é um ser muito vivo, muito dinâmico e que a é a gente vai nessa dinâmica toda, das águas e quer ver esse corpo vivo. E esse corpo ele não tinha muita exploração. (Maio/2023)

Boca do Cumbe e boca da Canavieira são os acessos fluviais que se tem do tronco do rio até essas comunidades. São entradas navegáveis usadas para entrar e retornar ao leito do rio, atravessando a comunidade e traçando caminho de acesso. Realmente ao adentrar nas bocas a gente sente a diferença de estar navegando no rio descoberto, porque a gente passa de um cenário de um rio imenso a entradas mais estreitas, cobertas de manguezal, mais sombreadas, algo como túneis de mangue. São as principais camboas de acesso. Outra pescadora explica que são as camboas:

As camboas, pra quem não conhece são os braços dos rios. É próximo aqui a nossas casas. As camboas foi o mais que nos alimentou na minha infância: as mulheres indo pescar pra janta, pro almoço, assim na hora da maré dela. E assim, a coisa mais feliz da minha vida é que o território ele me ensinou muito, porque mesmo sendo filha de pescadores eu digo que o território ele me ensinou a pescar, porque era de uma forma natural. (Setembro/2020)

As camboas são espaços fundamentais para a pesca por abrigarem muitos mariscos, peixes e crustáceos, portanto relacionados à “fartura” do rio e à alimentação cotidiana. São entradas fluviais no mangue, de acesso embarcado ou não, a depender da maré e da camboa, tendo várias delas próximas às casas, às vilas. Ouço muito serem relacionados à facilidade ou praticidade que trazem para o sustento da família, por serem acessíveis. Costumam ser lugares de memórias relacionadas à família, à casa e a infância para elas. Uma vez, ao perguntar sobre como elas entendiam as camboas, uma pescadora fez a seguinte comparação: seria como precisar de comida, não ter em casa e ir ao supermercado comprar, na experiência urbana, sendo que o horário de funcionamento quem diz é a maré.

Explicando sobre a dinâmica da pesca, outra pescadora traz:

O marisco vai de acordo, ele é dinâmico. Ele dava muito nas camboas e uma coisa que eu achava incrível era muita mulher trabalhando, muita mulher trabalhando. E aí aquilo ali era um assim muito prazeroso. Se o sururu está dando muito na boca do Cumbe vão todas para lá, aí acabou com a do Cumbe e está dando muito lá no Rêgo do Valente, vamos para lá. (Junho/2023)

Os rêgos são entradas bem escuras e apertadas. Não chega a ser um braço, por ser muito estreito, mas também estão circulando ilhas. Curioso é que os rêgos são associados a nomes de pessoas. No caso da fala anterior, Valente é um dos homens que se diz dono da terra, ocupando ilhas e áreas estuarinas beirando o rio que são circuladas por essa entrada que ganhou seu nome.

Essa região da foz do rio é conhecida como baixo Jaguaribe e antes das obras do Castanhão (2002) e outras barragens menores, a dinâmica da vida era pautada pelo ciclo inverno-verão. O primeiro semestre do ano era de chuvas e as águas do rio transbordavam: eram as chamadas cheias do rio. O segundo de falta de chuva, o verão. As águas alagavam as casas na época do inverno, fazendo com que as comunidades de Canavieira e do Cumbe montassem a vila na área das dunas, que são mais altas, reproduzindo a proximidade entre casas vizinhas. Depois, retornavam para refazer as casas alagadas e vivenciar a época de retomada da pesca no rio. Essa dinâmica foi interrompida quando a construção das barragens, que regularizou a dinâmica das cheias e extinguindo o alagamento das vilas. Hoje compreendo também que essa estabilização do fluxo das águas permitiu o desenvolvimento da atividade da carcinicultura no começo da década de 2000, que não se sustentaria caso houvesse as cheias recorrentes. Nos diz Maria:

Porque a nossa água, ela era essa dinâmica solta e ela corria. E uma das coisas que eu percebo que realmente há as águas, né? Essa dinâmica da natureza. Por mais que a gente vai ter problemas, dificuldade, mas a gente se adequa ao território, ao processo naturais, mesmo tendo um monte de dificuldade, mas a gente se vai se adequando, se harmonizando. Ninguém interrompe um processo natural. É uma dinâmica que ninguém interrompe, né? Ninguém vai romper uma duna, ninguém vai poder abrir essa duna. Do mesmo jeito eram as águas: as águas nasciam de jorrar ali no pé da duna. Ninguém pode voltar essa água. Elas têm que correr e a gente arrumar formas dessa água desaguar,

né? São processos que a gente se adequa e que vê formas para que desaguem naqueles braços de rio. (junho/2023)

Os pés das dunas, mais conhecidas como morros, eram lugares onde água potável e fresca brotava fartamente. No quilombo do Cumbe, os antigos moradores construíram pequenos canais fazendo escorrer essa água por dentro dos quintais e roçados e chegando às camboas, um projeto de irrigação localmente planejado e executado. Esses canais são chamados de “levadas”, ainda existem, embora que os lençóis freáticos formados embaixo das dunas tenham rebaixado após a associação de dois eventos: a extração de água pela Companhia de Esgoto e Água do Ceará, para abastecimento da cidade de Aracati e a chegada de um parque eólico na área de praia, instalado nas dunas. Então, a água rareou nas levadas, mas ainda segue irrigando a comunidade.

Ainda, existem os suvacos no rio. São sulcos menos compridos, bem curtos, entradinhas mais arredondadas que logo se acabam. As bocas, braços, pés, suvacos e até rêgos trazem a dimensão do quanto nomear o território pode dizer acerca da relação que elas estabelecem com ele e com a própria história, em que o relato sobre a vivência no território recorrentemente aparece no ato de narrar-se. Como nos diz uma pescadora do Jardim:

O Território ele diz muito sobre nós. É como se os lugares, sabe, cada cantinho a gente se vê. Ele diz muito sobre minha história, ele diz muito sobre minha vivência, eu não sei separar ou não sei falar de mim se eu não incluir esse território, se eu não incluir esses lugares afetivos, esses lugares importantíssimos na minha vivência. (junho/2023)

No entanto essas associações nem sempre são positivas. Ao lidar com o tema do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como as perícias no INSS, ou ao relembrar a infância, existem muitos relatos sobre como ser associada ao mangue carrega uma ferida de exclusão e preconceito.

A gente por ter essa relação com o manguezal a gente era tratado como é pessoas fedidas né, nojentas, era assim que diziam e que a gente sentia sim a forma das pessoas em relação a nós. E aí gente percebia isso muito forte, esse olhar com relação com o mangue. Então, o mangue sofria preconceito porque era um lugar cheio de lama, de mosquito e fedido. E como nós também tinha essa relação com o manguezal gente também sofria junto né... teve muitas vezes que a gente nos envergonhava né, um momento da nossa história, de

dizer quem somos, donde a gente era né. O processo a gente sofria ali por ser filho do mangue, nós era filho do mangue. (Maria, junho/2023)

Muito recorrente é a fala de que nas perícias do INSS se a pescadora não for coberta de lama, com unhas sujas, cabelo desganhado, roupa velha dificilmente terá seu auxílio maternidade ou doença aprovados, pela suspeita de que não exerce esse ofício. A filiação ao território de que trata a fala acima implicava na imagem dos de fora sobre esse corpo relacionado ao que elas identificam como falta de dignidade, ou seja, o estranhamento de ser pescadora do mangue e estar limpa, bem vestida, cheirosa, maquiada, bonita. Na infância, essa associação aparece muito a partir do receio que elas meninas tinham nas escolas que ficavam nas sedes dos municípios de Aracati e Fortim ao dizer que eram do Cumbe, Canavieira ou Jardim, por medo de serem encostadas, excluídas pelas outras crianças. Isso impeliu muitas delas a esconderem suas origens por bastante tempo, identificando os processos de organização nas associações locais como marco importante de rever essa história e passar a construir uma associação positiva em serem filhas do mangue. Esse movimento também envolveu, entre as quilombolas, uma auto-identificação racial enquanto mulheres negras, associando elas mesmas à “lama negra” do mangue e encontrando no racismo o motivo da exclusão vivida.

Se, como as falas podem apontar, o rio é um corpo, as pescadoras se identificam frequentemente como natureza, como vento, como lama e como águas. Ao pensar sobre as diversas dificuldades que vem enfrentando que envolvem questões como ter sido impedida de estudar na infância, ter precisado construir um processo junto ao companheiro e família para aceitarem sua rotina de militância e viagens, ter dificuldade de falar em público, ter sido tratada diferentemente dos irmãos pelos pais, a sobrecarga do trabalho doméstico e a maternidade na juventude, associando isso ao sistema patriarcal e à expectativas de gênero, essa pescadora faz o seguinte paralelo:

Maria: Eu tenho que correr. As águas, elas vão correndo os seus destinos, as suas direções e se interromper tu sabe, né? Somos mulheres das águas e a gente vai nessa dinâmica, vai sendo levada pela maré e nessas águas vamos conforme o que nos faz feliz, o que nos fortalece, o que nos realiza. (junho/2023)

3) mulheres-sururu e a fartura do rio

O “sururu” (*mytella strigata*) é um marisco de casco leve, molusco envolvido por duas conchas, dourado por dentro, rico em proteína, que ocorre em manguezais, especialmente no nordeste, tem seu ciclo de maturação atingido para o consumo humano em mais ou menos 8 meses e que necessita de um equilíbrio exato entre água doce e salgada para que sobreviva e se reproduza (a chamada água salobra). Se tiver muita água salgada, assim como muita água doce ele morre. Outros mariscos, como o “búzio”, toleram maior presença de água salgada, que é uma tendência observada no rio Jaguaribe: a salinização pelo avanço do mar e como consequência da carcinicultura. A pesca consiste em retirá-lo do leito do rio com monoblocos (a depender da fundura é necessário mergulhar), retirar a lama, “destripar” (processo que envolve separá-lo das algas a que eles estão acoplados), lavar, ferver para abrir as cascas, bater para soltar o molusco, catar, armazenar e vender (em feiras ou para os chamados “atravessadores”) ou consumir (onde entram a cultura alimentar com as receitas e modos de fazer).

Por ser um marisco de casco mais leve e pelo seu maior valor de venda, as pescadoras do Jaguaribe preferem trabalhar com ele. Segundo Cartografia Social das Pescadoras, elas navegam em torno de 40 km no rio, o que corresponde toda extensão do ecossistema manguezal, para a pesca do sururu. Quando o sururu está dando longe ou fundo demais, costumam precisar dos homens para dirigir as embarcações, mergulhar e trazer os mariscos, no entanto, a pesca do sururu é principalmente feminina. As pescadoras associam isso ao trabalho que dá todo o processo de seu beneficiamento e da extensa cadeia produtiva que vai da cata ao bucho e costuma envolver toda a família. O preparo do sururu geralmente é feito ensopado no leite de coco, com bastante verdura ou refogado. O sururu, portanto, é uma importante fonte de autonomia financeira da mulher.

Ele também se mostra como importante indicador ambiental para além da sua presença/ausência falar sobre a salinidade, pois como é um ser filtrante, seu corpo consegue acumular o que a água carrega. É como se ele guardasse uma memória das águas do rio que passaram por seu corpo, não conseguindo, no entanto, se livrar de substâncias que são chamadas de bioacumuláveis (que impregnam em suas células) como os agrotóxicos, sendo possível identificar metais pesados nele quando as análises da água parecem normais.

No que diz respeito à vida comunitária, o sururu parece que faz rodar o mundo e seu sumiço do rio faz parar a comunidade. Esse ano, em abril, houve uma mudança significativa na dinâmica das águas do rio com as fortes chuvas de inverno, que fizeram

acabar precocemente com o marisco. O impacto desse sumiço é imenso, como conta essa pescadora

Camila: Eu vou aqui falar aqui um pouquinho da minha rotina. Porque eu, como marisqueira¹⁰ e também como vendedora... Eu vendo roupa, né. Eu vivo duplamente da pesca, porque os meus clientes, eles são todos, maioria, pescadores. A Mara, que é de Jardim. Então, na Volta, no Cumbe, no Jardim. Então, são os lugares que eu vendo. Canavieira... E vi a dificuldade, né. Então, foi um momento, assim, muito difícil. E eu acho, assim, que ainda tá sendo, né, porque eu acho que o impacto veio. (...) Como eu ando nos interiores das... Em torno do rio... Eu vejo muita dificuldade nisso, de não ter, de não tão vivendo, né, tão sobrevivendo, tentando sobreviver, porque tá muito difícil, muito difícil. (Setembro/2020)

É importante dizer que essas mulheres assumem uma dupla identidade: a de pescadoras, que é uma identidade política construída no âmbito dos movimentos da pesca artesanal e de pescadoras artesanais¹¹, devido à invisibilidade que sentem quanto ao seu ofício; e de marisqueiras, que é uma identidade territorial, como as mães delas se intitulavam e como dizem no dia a dia.

O sururu funciona como uma moeda comunitária, porque sem ele não tem dinheiro para o bodegueiro, para o topiqueiro, para o comerciante. Toda economia local para sem o marisco. Para as mulheres, a situação é mais agravante, porque perdem sua autonomia financeira, ficando às vezes dependente exclusivamente de benefícios como o Bolsa Família ou impelidas a buscar trabalhos como faxineiras ou em fábricas de

¹¹ Um dos processos que acompanhei foi a construção do texto do Projeto de Lei 1221/2023 instituída a Política Estadual de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável das Atividades das Mulheres Pescadoras no Estado do Ceará em que elas dizem que a pescadora artesanal é 'mulher que realiza artesanalmente atividade pesqueira na faixa marítima da zona costeira, em manguezais, açudes, barragens, lagoas, lagos, rios e demais águas interiores, sendo ela marisqueira, caranguejeira, cultivadora de algas e/ou que faz a captura de diversas espécies de peixes, mariscos e crustáceos, de maneira cíclica, segundo variações naturais, de forma autônoma e em regime de economia familiar, para sustento próprio, da família, da comunidade e/ou comercialização da produção'.

beneficiamento de camarão. Essa pescadora antiga coloca o sururu no lugar de quem a forneceu trabalho e a aposentou

Chica: Apesar, também, da gente ser aposentada pelo marisco, mas a gente... Tô falando por todas, eu acho que todas as aposentadas são assim. Elas se aposentaram, mas nunca deixar sua arte, né, que é de mariscagem, de sempre tá no rio pegando alguma coisa. Mesmo que não seja pra vender, mas aí já é uma renda pra dentro de casa, né. Quer dizer, eu tendo o marisco, eu tendo o siri, eu tendo o peixe, já isso aí já vai servir pra mim, porque... pra mim e minha família, principalmente pros que moram dentro de casa comigo, porque já eu não compraria, nera. (setembro/2020)

Para além da venda, que é importante, sem dúvida, a referência de uma vida boa e de sustentabilidade da casa não é a que necessariamente passa exclusivamente pelo dinheiro. Ela está muito associada à ideia de “fartura”, “riqueza” e “cuidado” que o rio fornece através da alimentação, que implica em um reconhecimento, respeito e baliza a luta por manter o rio saudável, que pode ser entendida como uma reciprocidade e um dever. Na ocasião de um intercâmbio com mulheres camponesas acampadas que moram rio acima, nós pedimos que elas fizessem o exercício de gravar áudios contando quem eram elas, para se apresentarem. As pescadoras de Canavieira se descreveram como

Somos mulheres pescadoras e marisqueiras da comunidade do Sítio Canavieira. Lutamos pelo nosso rio Jaguaribe, que é o nosso território. Lutamos porque é dele que tiramos o nosso sustento. Antigamente aqui era muito bom, farto. Hoje está mais escasso. Mesmo assim conseguimos catar nossos mariscos: tiramos o siri, o sururu e outros mariscos. Nós estamos nessa luta desde sempre. Se nós não cuidarmos, isso vai acabar. Como vão ficar as próximas gerações? Nossas mães são marisqueiras e sempre sustentaram nossas famílias com mariscos e, hoje, nós sustentamos nossos filhos. É uma luta constante e não vamos desistir. Essas são as mulheres do Sítio Canavieira, somos guerreiras e estamos nessa luta pelo nosso território: o rio Jaguaribe! (agosto/2022)

O rio é um corpo. Observando as falas comecei a pensar se o rio não tem pronome feminino – a rio - pela associação entre o cuidado ofertado às famílias que dele dependem e à maternidade. A alimentação é uma tarefa principalmente feminina nessas comunidades. Reforça esse entendimento um outro evento vivido por ocasião da

construção da Cartografia das Pescadoras. Pedimos às mulheres que definissem o que achavam importante ser mapeado. As mulheres da Canavieira escolheram mapear espaços perdidos, especialmente corpos hídricos, nascentes e o chafariz que era uma bomba de água comunitária, além das mulheres importantes da comunidade para que fossem lembradas: as rezadeiras, benzedeiras, pescadoras e mães, todas associadas ao “cuidado” e ao “sustento”. Nesse sentido, “ter sido alimentada” pelo rio parece ser uma dimensão central nessa conversa, como diz Maria:

Então assim, eu sou apaixonada pela minha história, pela minha vivência, porque eu fui muito acolhida por esse território e cada cantinho dele foi muito importante para minha construção, para os meus valores como pessoa. Como humana. hoje eu vejo o quanto esse território ele fez esse papel importantíssimo na nossa vida. A fartura né, de alimento, de abundância. Assim, eu me senti incluída, sabe? Me sentia cuidada, me sentia protegida. De eu respeitar cada cantinho, preservar, porque eu sei que eu fui alimentada por esse território, por esse chão, por esse rio, por esse mar e quantas as pessoas como eu. Aí eu digo: quantas vezes não tinha dinheiro, mas tinha riqueza?
(junho/2023)

Existe um belo texto de um antropólogo alagoano chamado Manifesto Sururu, que aborda a importância do marisco como alimento e caloria para tantas vidas. Ele diz, ao se referir ao povo alagoano, “somos gente-sururu” e mais adiante diz “sururu: espaços coletivos, maternidade e memória.” Penso que falar das pescadoras do Jaguaribe é falar em mulheres-sururu, que tem seus corpos formados pelo marisco dado pelo rio, que herdaram o compromisso em cuidar para que o corpo-rio esteja são e com sua fisiologia funcionando a contento para que, sendo elas mães, possam retribuir aos seus filhos e à próxima geração aquilo que receberam de suas próprias e de outras mulheres cuidadeiras da comunidade. É como arremata Maria: “o território me cuida, eu cuido do território.” E outra pescadora na ocasião do derramamento: “Esse rio é a nossa vida. Essa maré é a nossa mãe. É o nosso corpo. Se o rio adoecer, eu também.”

Me faz lembrar dos *tupinambá* estudados por Viegas (2003), para quem a conexão entre mãe e filhos precisa ser reiterada pela alimentação e cuidado diários. Ao focalizar esses atos como modo de criar *relacionalidade* e constituir parentesco, a *criação* emerge como chave para entender como um filho torna-se pertencente à sua mãe e vice-versa,

para além do reconhecimento social dos procriadores físicos, valor social presente nesse contexto, mas não hierarquizado como determinante. As noções de conexão corporal entre mãe e filho relacionadas ao nascimento e à exclusividade da alimentação do bebê pela mãe no período pós-parto podem ser superadas através de uma *memória afetiva, do cuidado*, caso o vínculo não seja continuado e haja uma substituição dessa mãe por outra. Pensar a partir dessa perspectiva teria o desafio de trazer o debate para um campo que extrapola o humano e estabelece relações processuais de constituição de vínculo entre – o nosso exemplo – rio e pessoa para lubrificar o debate sobre corpo-território.

4) “o rio adocece, eu também”

Ao falar da percepção das mudanças profundas e às vezes abruptas que vêm notando no rio, as pescadoras costumam usar verbos frequentemente associados aos humanos, como ofender, judiar, maltratar, ferir, adoecer.

Fazendo uma linha histórica, podemos localizar alguns eventos que trazem uma conjuntura árdua para as pescadoras. Na década de 1980 chega a Companhia de Água e Esgoto para explorar o aquífero do Cumbe, se fixando no pé dos “morros” para extração, com o objetivo de abastecer a cidade do Aracati. A essa atividade estão associados o rebaixamento do lençol freático, a pavimentação, presença de homens trabalhadores na comunidade, poeira, instalação de imensas estruturas em área de acesso às dunas e constantes obras, buracos abertos, muitas vezes sem a devida finalização.

Na década de 1990 chega a carcinicultura (que tem seu ciclo renovado e fortalecido nos anos 2000), a criação extensiva de camarão que acontece por meio da construção de tanques instalados nas camboas ou na beira do rio. Essa atividade, além de provocar grandes conflitos fundiários, está associada a graves desequilíbrios ambientais, uma vez que utiliza substâncias químicas para extinguir outras vidas presentes naturalmente no ambiente (a saber, demais crustáceos, mariscos e peixes), inserindo uma espécie externa. A falta de fiscalização e a crescente flexibilização no licenciamento da atividade¹² praticamente extinguem o cumprimento de condicionantes para a atividade, como a presença de bacia de sedimentação, a regulação da captação da água do rio e o tratamento de efluentes. Esta é uma atividade que trouxe grande divisão nas três comunidades pela adesão de parte delas ao camarão. O grande uso de água doce e uso de

¹² Há Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7611 tramitando no STF acerca da Lei estadual do Ceará n.º 18.436, de 25 de julho de 2023 que simplifica os licenciamentos ambientais.

sal para deixá-la em ambiente ideal para o camarão têm sido associados como causadores da salinização dos poços e do próprio rio, junto ao avanço do mar.

Essas três comunidades, em especial o Jardim, sentem a chegada do turismo e de veraneio no território também a partir da década de 1990, com a construção de casas e empreendimentos turísticos a beira rio, que traz consequências fundiárias tanto pela ocupação desordenada quanto pela especulação praticada por alguns moradores com a venda de lotes sem segurança jurídica, ações que a associação busca acompanhar e reverter. Junto a isso, foi criado um problema relacionado aos esgotos desses empreendimentos, mas também das casas comuns. Segundo Censo de 2022, apenas 51,72% dos moradores do Aracati têm acesso a esgoto adequado, sendo para Fortim o número de 43,54% (IBGE, 2022).

O derramamento do petróleo bruto atingiu a costa brasileira em agosto de 2019 e considerado um dos mais extensos desastres ambientais do país, impactando cerca de 3.600 km de litoral, mais 980 praias, com mais de 5.00 toneladas de petróleo retirados do ambiente marinho-costeiro. Segundo Gomes (2023), “Antes do derramamento do petróleo, a captura de sururu no Rio Jaguaribe chegava a cerca de 10 a 15kg por dia de trabalho. Após, as pescadoras passaram a pescar entre 1kg e 2kg por dia.”, sendo os pescadores estuarinos e de manguezal os mais impactados (RAMALHO, 2020a). Juntando todas as espécies, a queda na venda variou entre 78 a 100%. Apesar disso, as comunidades precisaram continuar a consumir o marisco e pescado possivelmente contaminados. Registramos grave impacto sobre a saúde mental, com muitos casos de depressão, insegurança alimentar, contaminação ambiental, perda das vendas e reforço do poderio local de entidades consideradas não representativas, a exemplo das colônias de pescadores.

Ainda buscando se recuperar desse evento traumático, chega a pandemia. Além do próprio adoecimento e de perda de familiares, as pescadoras estiveram envolvidas em barreiras sanitárias comunitárias para impedir o acesso sobretudo de veranistas que queriam ser acolhidos nas praias, na luta pela manutenção da alimentação escolar para as crianças, pela vacinação prioritária no caso dos quilombolas e tanto mais. Os dois anos que se seguiram foram de imensas cheias no rio na época do inverno, fenômeno que não acontecia a muitos anos na gravidade e proporção que vem ocorrendo, inviabilizando a pesca. Ainda, devido a Lei 14.601 em 2023 os Bolsas Famílias ficaram travados quando os maridos recebiam o seguro-defeso, criando uma conjuntura de grave insegurança.

O Quilombo do Cumbe, ainda, vem desde 2010 no processo de titulação do território, que conta com uma ação judicial favorável em primeira instância pela nulidade da certificação da Fundação Palmares, e com uma comunidade profundamente dividida, o que entristece muito as mulheres, por haver conflitos e desentendimento com pessoas a quem elas têm estima, amizade e parentesco.

Diante de tanto, esta é a percepção que as mulheres têm do rio

Você percebe na textura da água, você percebe na textura da lama. Ela não tá sadia, o mangue não tá sadio, o nosso rio não tá sadio. Você provar a água do rio, você sabe que ela não é a água que a gente tomava banho. Então, era uma água salobra e nós não temos essa água mais salobra, nós tem uma água que ela tá ferindo. Ferindo nossos mariscos, matando nossos mariscos, matando nosso manguezal, porque tá tirando as fontes de água doce que aí corria e que se misturava, dando vida e mais vida, e isso tá sendo cada vez mais tirado, e tá causando mais morte, destruição. O quanto isso destrói nós, quanto isso machuca nós. Porque quando minha fome bate, o rio tá lá. Então, ele tá lá pra me acolher, pra me amparar.

E continua

Porque quando o rio tá doente, o mangue tá doente, nós também nos adoecemos. Porque eu sinto isso, é dentro de mim. É uma dor, a gente não consegue explicar o quanto isso também nos fere. E quanto, também, o território muitas vezes nos alivia de tantas dores, porque, em alguns momentos, eu acredito que esse cuidado vem também do território, de acolher, de nos alimentar. Olha só o quanto essa natureza cuida de nós, e o que a gente precisa também cuidar, porque quando eu vejo as pescarias no rio, as mariscagens no rio, na praia, o quanto nós fica feliz, de ter nossa fartura, de ter essa riqueza, e que tá sendo morta, destruída, e a gente vem percebendo.

O sururu é uma vida que acumula em seu corpo a memória da água que por ali passaram. Se há contaminação com substâncias que se acumulam isso estará provavelmente registrado em seu corpo. Se a contaminação tem origens distintas o sururu pode ser um lugar de convergência delas. O adoecimento sobretudo mental das pescadoras faz pensar sobre o acúmulo de uma série de fatores que tem atravessado seus corpos, assim como o do sururu. Devido à conjuntura apresentada que se soma aos cuidados domésticos, à vigília dos filhos - em especial quando jovens para que tomem

bons caminhos - a sobrecarga de uma agenda de militância que entra na ordem do dia junto às ações comunitárias seja na associação, igreja e à vigília do próprio rio que acontece junto ao fazer da pesca, traz um cenário que elas identificam como “não é que somos frágeis, nós estamos fragilizadas.”

5) organizar-se e falar

O engajamento na vida política, ou seja, tornar-se militante aparece nos relatos com um duplo sentido: como marco de vida para retomar a própria história e fortalecer a si e os processos coletivos e, por outro lado, como um trabalho que se acumula aos demais. Quando Lorena Cabnal (2019) coloca que defender o território-terra e não defender o território-corpo é uma incoerência política, é uma provocação. Porque está na própria agenda da vida das mulheres em defesa pelo território muitas outras camadas que passam pela construção de sua subjetividade, pela sua existência comunitária, nos movimentos organizados, em espaços de poder, fazendo enfrentamentos não somente com quem explora a terra que poderia ser traduzido pela imagem do próprio Estado e do capital privado, mas com quem explora a mulher ou não a reconhece. Daí ser necessário se voltar também para olhar para dentro de casa, para as dinâmicas das relações, matrimônios, para os companheiros de associação e movimento, para os pais, para a própria infância e identificar um mundo racista e patriarcal. Quando pedi para essa pescadora falar quem era ela menina, ela colocou

Mas, sabe, Ana? Na caminhada, apesar de eu ser aquela menina que corria, que tomava banho, que fazia de tudo um pouco, mas algumas coisas me travavam muito. Por exemplo: eu na escola tinha dificuldade. Eu sempre a me sentava atrás. Eu não sei se é esse processo que eu digo que a gente sofreu, esse processo colonizador nas comunidades também foi forte. Porque às vezes a gente era muito barrado sabe? E por ser filha de pescador eu me sentia feliz no meu território, no rio, no mangue, mas tinha alguns ambientes que você não se sentia à vontade, tinha rejeição. Às vezes até das amigas. Nessa caminhada eu me envergonhava muitas vezes por ser mais escura, eu me envergonhava por ser filha de pescador. E o meu processo de organização de entrar em uma associação, de participar, eu sei que tudo era muito desafio para mim. Ainda há muitas coisas que são muito desafiosas, mas uma das coisas que fez eu entender foi me orgulhar, amar o que eu sou, amar o que faço, amar meu território, que muitas vezes também envergonhei dizer que era do Cumbe. Por essa relação com o mangue, com essa relação com esse ecossistema que

antes diziam que era nojento, que era fedido, e que eu entendia isso como uma verdade, porque nós estávamos dentro do mangue e que isso era forte. Isso doía, mas a luta me fez entender que eu mudaria isso, que a mudança faria me orgulhar da minha história, da minha infância, da minha vivência, me fez hoje trazer outro olhar. (junho/2023)

A timidez parece ser um lugar recorrente fruto dessa experiência de infância, meninas que passam a frequentar esse mundo que não é só mais comunitário, como ir à escola que traz significados negativos em ser do mangue. É justamente estar em espaços de representação, ocupando cargos associativos, participando de movimentos, concedendo entrevistas, depondo em processos judiciais, sentando-se nas mesas de audiências públicas, viajando, recebendo pessoas na comunidade, dando aulas de campo, estando em evidência e ocupando um lugar que seria mais “natural” para homens, que exigiu e exige a superação desse lugar. Uma pescadora nos conta que o preconceito de mulher na luta é por serem associadas como mulheres “vagabundas” ou “desocupadas”.

Me lembra a comunicação de Audre Lorde (2015) quando fala da transformação do silêncio em linguagem e ação, entendendo o silêncio como lugar em que as mulheres desviam o olhar de seus próprios medos “do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. Mas, ela afirma que as mulheres temem, sobretudo, a visibilidade “sem a qual, entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente”, movimento que depende que assumam um compromisso com a linguagem e seu poder.

Nesse sentido, o estar nesses espaços se consiste como desafio, mas falar se tornou uma tarefa central dentro do trabalho militante, que por vezes cura por poder corrigir dores que estão no passado, como um exercício de justiça. Uma pescadora fala que é muito grata por poder fazer a leitura do território e poder contar a sua história e da comunidade para os estudantes que visitam a comunidade, porque “quando eu queria estudar eu fui impedida”, já que “a gente sabe o quanto o patriarcado é violento e que tira sonhos, mas eu digo que sou uma professora popular.” (Junho/2023).

Por outro lado, nesse processo de acompanhá-las a ocupar esses espaços, venho notando duas preparações fundamentais. Uma que hoje chamamos de “prepara os *boys*, para quem for de *boy*”, que consiste em, nos processos de mobilização para agendas especialmente fora de casa, precisar haver conversas domésticas com os maridos. E outra que consiste em superar o medo, a timidez e todos os processos verdadeiramente

fisiológicos que isso envolve, tarefa que não necessariamente cessa conforme a sua liderança vai se constituindo com mais força, como fala essa pescadora

Você vai estudar o que você vai dizer e ao mesmo tempo você questiona por que você não falou aquilo outro, sabe? É um processo doido, mas isso é o nosso desafio. Era uma adrenalina daquilo que eu tinha de botar para fora, sabe aquele medo? Mas, a necessidade era muito maior de eu fazer fala, mesmo às vezes errada, eu tinha que estar lá. Às vezes eu digo: eu sofro antes e sofro depois de algumas falas. (junho/2023)

Hoje as mulheres pescadoras estão: no Quilombo do Cumbe, como presidente da Associação Quilombola do Cumbe e em outros cargos da diretoria, além de em diálogo permanente com a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Ceará (Cerquice) e com Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); no Jardim, na vice-presidência da Associação de Moradores do Sítio Jardim, como associadas e nas “marisqueiras”, que é como é chamada essa rede de sociabilidade e produtiva; e na Canavieira dentro da Associação de Moradores do Sítio Canavieira. Todas elas estão no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e na Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Além de milhares de redes que compõe, que não caberia aqui, estão formando uma confluência de pescadoras do rio Jaguaribe que tem sido chamado de Unidas Pelas Águas. Duas delas são lideranças protegidas pelo Programa Estadual de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos do Ceará.

Por ocasião da pandemia, logo após derramamento, e com a transformação das agendas de trabalho que invadiu ainda mais as casas e o cotidiano com o *online*, mudança, aliás, que veio para ficar, elas começaram a apresentar um cansaço muito grande das agendas e uma saudade de estar mais no rio, devido à rotina do trabalho militante, como dizem essas duas pescadoras:

Elenilda: A gente precisa dizer que não é só trabalho. A vida não é só trabalho, é isso aqui. Mulher precisa de seu lazer, precisa de um tempo pra desopilar nossa mente porque é muita coisa na comunidade, é muita sobrecarga que a gente tem no dia a dia. Então a gente precisa desse momento ímpar. (abril/2022)

Nazaré: Às vezes o tempo da gente tá tão corrido, que a gente quer fazer uma mariscagem lá no rio e por estar em vários espaços dizendo o quanto esse território é importante, fazendo luta por ele, às vezes a gente fica até um pouco

sem identidade de estar no rio. Então muitas vezes a gente planeja um dia para tirar uma íntã [marisco] aí surge uma coisa e a gente não vai, não pode tá lá. (abril/2022).

Estar no rio e regular mais os espaços de diálogo, em que esse corpo que sempre fala, atento e a postos, possa encostar essa obrigação e se regenerar começou a ser uma demanda para as próximas agendas conosco, como estratégia de renovação para retomada das lutas. Uma pausa. Uma pausa da fala. Aí que o comer surge como forma de fortalecer laços, alimentar o corpo e o espírito e recuperar as forças frente a uma agenda de lutas impositiva, urgente e inadiável.

6) *não é possível mais falar só em dor*

“Não podemos fazer a luta contra o machismo, contra o racismo, contra o neoliberalismo, contra a pandemia com corpos doentes, com corpos tristes, com corpos deprimidos. Porque uma das intenções do sistema patriarcal é que as mulheres tenham corpos infelizes.” Essa fala de Cabnal corrobora com suas assertivas acerca da aliança entre corpo-território-terra, que aqui eu diria corpo-território-águas, manifestada na recuperação e defesa histórica desse corpo expropriado “para gerar-lhe vida, alegria, vitalidade, prazeres e a construção de saberes para tomar a tomada de decisões.” (Cabnal, 2010)

Ainda, segundo a feminista-autora, o corpo é o nosso primeiro território e ele existe circunscrito em um espaço (a terra) que deve dignificar e promover a vida em plenitude (*idem*), sendo ambos violados por violências históricas e opressivas. Portanto, são corpos curados os que podem se emancipar. No processo com as pescadoras, vejo que elas instituíram um interdito à fala política por um momento e priorizaram práticas de cuidado para o que Cabnal chamaria de “recuperação consciente” como um ato político emancipatório.

É forte o relato de como as pescadoras estavam quando começaram a demandar essa guinada

Marta: Aquele óleo, ele poluiu dentro de nós também, dentro de nossa mente, dentro de nosso psicológico, porque foi vivido momentos tensos, desesperador, porque quando afeta a sua fonte de alimento, a sua fonte de renda, então nós também somos afetados. E, assim, ele afeta de uma forma que machuca demais, que destrói também nós pessoas, nós mulheres, e que nós mulheres

vem... Eu acho que a mulher ela faz esse papel tão bem, de cuidar do território, de cuidar da sua família, de cuidar da sua comunidade. Então, ela abraça essas causas e isso vem lhe machucando, né, a gente vem nesse processo de adoecimento também. Porém, eu sei que o território também cura, porque, gente, quando a gente tá no colo da natureza, nos braços da natureza, a gente sabe que somos curados também. Mas a natureza, ela cuida quando ela também tá bem. E ela num tá bem, porque ela tá sendo agredida dia a dia.

Então organizamos o 1º Intercâmbio das Marisqueiras do Jaguaribe e pedimos que construíssemos a programação conjuntamente. Nas reuniões preparatórias, a Nara disse “é um dia de nós cumê e não falar”. Nazaré, quilombola, refletiu que as unidas pelas águas, pelo rio, vêm dividindo muitos momentos de dor em que “a gente tá junta e chora junta também”, mas que seria preciso cultivar a alegria e dividir momentos de celebração e de alimentação. A proposta do encontro foi: “um cumê no mato”, um jogo de futebol e um forró.

Nesse dia, elas levariam as crianças e talvez maridos, que na verdade, só apareçam no jogo. O “cumê no mato” é uma prática tradicional do Quilombo do Cumbe de ir para as ilhas com a família e amigos levando baião, farofa e preparando o sururu, búzio, íntã, siri, caranguejo, camarão pitu, peixe, ostra e o que o rio estiver dando no momento. Ali se monta um fogo e se desfruta do momento e do banho do rio, se constituindo numa prática de lazer e descanso. Essa prática também ocorre no Jardim com o nome de “merol.” Mas além da dimensão do lazer e do descanso, penso que seja uma das práticas costumeiras mais importantes no que diz respeito à criação e manutenção de relação fundada na co-substancialidade: comer junto como ato de cumplicidade e formação de um corpo alimentado pelo mesmo.

Nesse dia cada comunidade levou um tipo de pescado, inclusive o camarão do rio, que eu não conhecia nesse contexto de criação de camarão em cativeiro. Me chamou atenção que as quilombolas do Cumbe queriam que nesse momento houvesse algo como um momento de mariscagem, saudosas que estavam, sendo que elas escolheriam os mariscos que iriam tirar, pois cada um tem uma técnica e instrumentos próprios. Como nos diz uma delas

Essa prática, essa mariscagem nos cura. Porque é um auto-cuidado, porque parece que renova, num contexto difícil, de estresse. O mangue, o rio, ele traz

muito isso. É uma limpeza da alma. E é isso que eu sinto. É bem profundo, é um cuidado muito profundo. (junho/2023)

Não era apenas o comer juntas, era o tirar o marisco, cozinhar e comer. Essa foi uma tendência que observamos para os outros encontros, dessa vez mais pacificados em relação à retomada das falas, análises, plenárias, porém havia ainda a demanda por momentos assim. No próximo intercâmbio que fizemos, com as acampadas da Chapada do Apodi, novamente na construção coletiva da programação elas optaram novamente por 1) o encontro acontecesse uma parte em uma comunidade e uma parte em outra, ou seja, queriam receber e serem recebidas 2) um momento no rio, comendo e 3) por ter um momento de feira entre elas, em que expusessem seus artesanatos, artes, alimentos, receitas, o resultado de sua colheita, promovendo trocas e presentes, laço que se perpetuou até agora. Maria relembra que

Ele [o seu pai] dizia que fazia muita troca e olha a importância disso. Olha a importância de doar. Quando eu ainda alcancei minha mãe, mandava deixar isso na casa de fulano, mandava deixar aquilo na casa de beltrano. É muito maravilhoso você doar e receber algo. Isso são nossas práticas que vão ao contrário desse processo de individualismo das pessoas. Isso que era cuidar. Por isso que a comunidade era que era a comunidade, isso de ser fraterno, acolhedor, humano. (junho/2023)

Uma abordagem que parece-me uma inspiração fecunda, tantos em termos teóricos quanto pela riqueza etnográfica que a acompanha, para iluminar a questão da construção das relações entre elas e com o rio a partir da processualidade, costura a antropologia com a fenomenologia, focalizando a experiência vivida a partir de uma *antropologia do cotidiano* (OVERING; PASSES, 2000), *of every day* (CARSTEN, 1997), especialmente por trazerem para o espaço da militância e político, práticas costumeiras que indicam formas comunitárias de fazer parentesco, relação (com o rio, inclusive) e comunidade.

É por meio de um *tempo* como dimensão da *socialidade* que os laços são reiterados, a partir de ações continuamente repetidas, que indicam um tempo do *convívio*, a exemplo do comer. O que percebo frente a essa agenda requerida das pescadoras é a dimensão do quanto também, se não cuidadas, essas relações podem ser revertidas, enfraquecidas e o quanto agendas políticas precisam estar alimentadas por essas práticas para trazerem força e reparo.

REFERÊNCIAS

CABNAL, L. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, p. 11- 25.

_____. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Instituto PACS, 2019. Disponível em <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b>

CARSTEN, Janet. *The heat of the hearth: the process of kinship in a malay fishing community*. New York: Oxford University Press, 1997.

CASTRO et al. Expedição científica ao alto curso do Rio Jaguaribe (Ceará): identificação da nascente do possível maior rio temporário do mundo. *Caderno de Geografia*, v.30, n.63, p. 956-974, 2020.

ESCOBAR, A. Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Cuadernos de Antropología Social*, ano 03 – n.06, 2016.

GOMES, C. As pescadoras artesanais do Sítio Jardim e seus territórios de trabalho e vida no contexto do desastre do derramamento de petróleo no rio Jaguaribe – Ceará. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.

IBGE. Censo Demográfico. 2022.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. Portal Geledés, 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>

OVERING, J. PASSES, A. (ed) Introduction: conviviality and the opening up of Amazonian Anthropology in: *The anthropology of love and anger: the aesthetics of conviviality in native Amazonia*. London: Routledge, p 1-30, 2000.

PONTES AGV et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(11):3213-3222, 2013.

SOBRINHO, J. Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT, 2011.

RAMALHO, CWN. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. In: *Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental*, nº 11 (jan): 1-10, 2020^a

VIEGAS, Susana. Eating with your favourite mother: time and sociality in a brazilian amerindian community. *Royal Anthropological Institute*, vol. 9, p. 27-31, 2003.